

3 0 OUT 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Governador em exercício recebe diretores do Tribunal de Justiça

O governador em exercício Miguel Kfouri Neto recebeu na tarde de ontem, no Palácio Iguazu, representantes da direção do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. No encontro foram discutidas questões relativas à administração estadual e à gestão do TJ.

Terceiro na linha de sucessão, Kfouri Neto fica no cargo até o próximo domingo (04). Segundo ele, é uma responsabilidade e uma honra assumir o governo. “Tudo aquilo que for necessário para que a estrutura do Estado continue funcionando sem qualquer percalço, nós faremos” afirmou.

O desembargador Miguel Kfouri Neto, presidente do Tribunal de Justiça, assumiu o Governo do Estado em razão das viagens internacionais do governador Beto Richa, do vice-governador Flávio Arns e do presidente da Assembléia Legislativa, deputado estadual Valdir Rossoni.

Participaram do encontro o primeiro vice-presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Onésimo Mendonça de Anunciação, que fica à frente do Poder Judiciário durante o período de afastamento do desembargador Miguel Kfouri Neto; o segundo vice-presidente, desembargador Ivan Campos Bortoleto; os corregedores, desembargadores Noeval de Quadros e Lauro Augusto Fabrício de Melo; o presidente da Comissão de Organização e Divisão Judiciária do Estado, Jesus Sarrão; um dos mais antigos membros do TJ, desembargador Telmo Cherem; e o conselheiro do Tribunal de Contas Ivan Bonilha.

30 OUT 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Informe Judiciário

ELEVAÇÃO

A reestruturação e reaparelhamento do 1º grau de jurisdição, com a finalidade de aprimorar a prestação de serviços à comunidade, tem sido uma das principais metas do Poder Judiciário do Paraná. Neste sentido, a solenidade de elevação de entrância da comarca de Francisco Beltrão, de intermediária à final, que ocorreu na segunda-feira (22), foi mais uma grande conquista do Judiciário paranaense. A cerimônia foi conduzida pelo presidente do TJPR, desembargador Miguel Kfourí Neto.

ELEVAÇÃO 2

O presidente do TJPR, desembargador Miguel Kfourí Neto, conduziu na terça-feira (23) a solenidade de elevação da comarca de Pato Branco à entrância final. Em todo o estado, somente no último ano, foram aprovadas elevações de 10 comarcas da entrância intermediária à final. No mesmo período, cinco comarcas de entrância inicial passaram à intermediária.

ELEVAÇÃO 3

Na quinta-feira (25/10) foi realizada a solenidade de elevação da comarca de Apucarana à entrância final. Com a modificação de status da comarca a prestação jurisdicional será aprimorada, beneficiando toda a população.

ESTATIZAÇÃO

A cerimônia de estatização da serventia da Vara Cível da comarca de Campina Grande do Sul foi realizada na quarta-feira (24), às 17h, na Câmara Municipal da cidade. A solenidade foi conduzida pelo 1º vice-presidente, desembargador Onésimo Mendonça de Anunciação. Também estavam presentes o corregedor-geral, desembargador Noeval de Quadros; o gestor do Processo de Instalação e Estatização do TJ, desembargador Guilherme Luiz Gomes. O ato atende ao mandamento constitucional (Lei nº 16023/2008), que dispõe sobre as atribuições das unidades estatizadas, secretaria de Foro Judicial de 1º grau de jurisdição, cujas receitas são recolhidas na conta do Fundo da Justiça (Funjus), responsável pelo custeio de novas unidades.

GOVERNO

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfourí Neto, assume o governo do Estado, na tarde do domingo (28) até o dia 4 de novembro. O desembargador ficará no cargo interinamente em função de viagem do governador Beto Richa ao exterior. O vice-governador, Flávio Arns e o Presidente da Assembleia, Valdir Rossoni, também estarão em viagem nesta semana. Nesse período assume a presidência do Tribunal de Justiça, o 1º vice-presidente do TJ, desembargador Onésimo Mendonça de Anunciação.

NOVO FÓRUM

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfourí Neto, assinou na quarta-feira (24/10) a ordem de serviço para construção de novo prédio do fórum na comarca de Santo Antonio do Sudoeste, a 568 km de Curitiba. Com área de 3.718 metros quadrados o fórum da comarca foi orçado em R\$ 9.491.000,00, com recursos do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus) e será de responsabilidade da Construtora Gambarini Engenharia, que terá o prazo de 12 meses para entregar o prédio. O novo fórum de Santo Antonio do Sudoeste funcionará na av. Brasil, s/n e era uma antiga reivindicação da comunidade e dos operadores do Direito da cidade e região, que trará mais qualidade à prestação jurisdicional e mais conforto aos servidores.

WORKSHOP

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná sediou na tarde da sexta-feira (26/10) Workshop de Processo Eletrônico, que teve como finalidade discutir questões relacionadas ao Projudi – sistema de processo eletrônico adotado pela Justiça Estadual. O Workshop foi acompanhado de forma presencial e online. Mais de 600 pessoas, entre magistrados, servidores, membros do Ministério Público, e estudantes, participaram do evento. Extremamente proveitoso, o evento, teve entre os palestrantes a magistrada Nilce Regina Lima, juíza do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional de Campo Largo; a diretora do Departamento de Informática e Tecnologia da Comunicação (DTIC), Maria Inês Levis Costa, servidores do Poder Judiciário, integrantes da OAB Paraná e da Justiça Federal.

CONCURSO

Por meio da portaria 2589-D.M e do edital 1/2012, o presidente da Comissão do Concurso, desembargador Espedito Reis do Amaral, torna pública a abertura de inscrições ao concurso público de provas e títulos para outorga de delegações de notas e de registro do Estado do Paraná. De acordo com o edital, são 220 serviços destinados a provimento e 110 destinados à remoção. As inscrições começaram dia 24 de outubro e vão até o dia 23 de novembro. Para inscrições e outras informações acessar os sites do Tribunal de Justiça e do IBFC.

CONCILIAÇÃO

O Centro de Conciliação do TJPR, coordenado pela desembargadora Denise Kruger Pereira, realizou, entre os dias 15 e 19 de outubro, um mutirão da conciliação em parceria com o Banco Bradesco. Foram agendadas 253 audiências, das quais foram realizadas 129 e extintos 52 processos por acordo, o que representa um aproveitamento de 40,31%. Os processos submetidos à conciliação eram originários de todas as Varas Cíveis de Curitiba, sendo que alguns já estavam em fase recursal. A maioria das ações era revisional de contrato.

PLANTÃO JUDICIÁRIO

Os juízes de Direito, Lydia Aparecida Martins Sornas (1º grau) e Pericles Bellusci de Batista Pereira (2º grau) respondem pelo Plantão Judiciário referente ao período de 29 de outubro a 5 de novembro. O serviço de plantão funciona entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e, também, durante as 24 horas do dia em que não houver expediente forense. O Plantão Judiciário de 1º e 2º graus de jurisdição atende no andar térreo do edifício do Palácio da Justiça, situado na Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº, Centro Cívico, Curitiba. O telefone é (41) 3323-6767.

3 0 OUT 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Comissão do CNJ conclui análise da jurisprudência

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) concluiu a análise de toda a jurisprudência da instituição, acumulada em quase oito anos de funcionamento do Conselho e 151 reuniões plenárias. O “mutirão de jurisprudência”, coordenado pelo conselheiro Jorge Hélio Chaves de Oliveira, atendeu aos itens de planejamento e alcançou seus objetivos nos 90 dias previstos para sua vigência.

Nos três meses de trabalho do mutirão, um grupo de 15 servidores do CNJ, criado em setembro deste ano pela Comissão de Jurisprudência, presidida pelo conselheiro Jorge Hélio, analisou mais de 4 mil procedimentos. Entre os dias 22 de setembro e 26 de outubro de 2012 foram analisadas da 155ª sessão ordinária até a 40ª sessão ordinária, bem como as 17ª, 8ª e 7ª sessões extraordinárias. Os processos julgados nas referidas sessões já estão na base do novo sistema.

O conselheiro Jorge Hélio destacou que “o mutirão se dedicou a montar a base de dados do novo sistema de jurisprudência. Para que a equipe inserisse informações seguras no sistema foi preciso controlar cada processo julgado no Plenário individualmente. Cada sessão passada, a começar das mais recentes, foi analisada”.

A expectativa do conselheiro é disponibilizar o novo serviço na abertura do VI Encontro Nacional do Judiciário, que acontece em 5 e 6 de novembro, em Aracaju/SE. Jorge Hélio destacou o empenho e a determinação da equipe, cuja “missão mais importante e mais desafiadora foi a produção de um novo sistema, 100% confiável, sem inconsistências e com informações relevantes a respeito dos julgados do CNJ”.

30 OUT 2012

» JUDICIÁRIO

GAZETA DO POVO

Justiça do Paraná é a 4.^a do país com mais processos pendentes

Estado fechou 2011 com 3,2 milhões de ações a espera de uma solução.

Por outro lado, o total de casos finalizados foi superior aos novos

| Taiana Bubniak

O relatório Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), divulgado ontem, mostrou que o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) é o 4.^a do país no ranking dos judiciários estaduais com mais casos pendentes. A Justiça paranaense fechou 2011 com 3.210.121 processos com alguma pendência — considerados em estoque. A maior parte deles já tramitou e apenas a execução da sentença é que ainda não foi realizada.

Em compensação, o total de processos finalizados no ano passado foi superior ao de casos novos. O que coloca o judiciário paranaense como o 5.^o do país em quantidade de processos novos e baixados. Ao todo, foram 1.030.327 casos novos e 1.221.811 finalizados em 2011. Além de destacar esse fato como um ponto positivo do TJ-PR no ano passado, o documento do CNJ também aponta como avanços a redução constante na taxa de

congestionamento (diferença entre os casos novos e os que estão a espera de julgamento) e um aumento, desde 2009, na quantidade de processos finalizados.

No entanto, o órgão observa que há três anos existe o acréscimo no estoque dos processos e a taxa de congestionamento no 2.^o grau e nas turmas recursais cresce. Além disso, a quantidade de processos julgados no primeiro grau apresentou redução.

Sobre os pontos negativos indicados pelo CNJ, o desembargador e corregedor-geral do TJ-PR, Noeval de Quadros, comenta que o aumento da demanda emperra os procedimentos e não possibilita que o poder Judiciário seja mais rápido. “As turmas recursais estão com apenas oito magistrados e expressivo aumento de serviço. O TJ está tomando providências e estuda a criação de novas turmas e incremento de funcionários na secretaria dos juizados”, afirma.

Quadros explica que a situação tem a ver com o fato de a Justiça de 1.^o grau passar a julgar mais causas e a estrutura do 2.^o grau continuar a mesma. “O TJ-PR está estudando meios de enfrentar essa demanda crescente”, garante. Mas lembra que foi só a partir de 2012 que os juízes passaram a contar com assessores jurídicos nos

gabinetes. Antes, contavam apenas com estagiários e a mudança fez diferença na produção do juiz. “Os números referentes a 2012 poderão mostrar esse incremento.”

Servidores

De acordo com o levantamento do CNJ, o judiciário do estado é o sexto do país em quantidade de servidores. Isso, no entanto, não significa que o Paraná está em uma boa situação. São 7,3 juízes e 119 servidores para cada 100 mil habitantes. O ideal seria pelo menos nove magistrados e 190 funcionários para o mesmo universo.

Segundo Quadros, a quantidade de servidores abaixo da média ideal pode ser explicada pelo orçamento do órgão. No ano passado, o orçamento do TJ foi de R\$ 1,1 bilhão — 11% maior que em 2010 e o equivalente a 0,5% do PIB do Paraná. Esse número é o segundo pior do país, ganhando apenas de São Paulo, que investe 0,4% do PIB na Justiça estadual. Para cada paranaense, as despesas da Justiça custam R\$ 108,78 por ano.

“O TJ ainda tem de melhorar o seu orçamento, para poder aplicar em recursos humanos e investimentos em serviços”, diz Quadros.

CONTINUA

30 OUT 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO



Sede do J: orçamento de R\$ 1,1 bilhões, equivalente a 0,5% do PIB do Paraná, é proporcionalmente o 2º pior do país.

SÍNTESE

Veja números sobre a Justiça no Paraná em 2011:

1.030.327

casos novos deram entrada na Justiça paranaense em 2011.

1.221.811

processos foram finalizados em 2011. A meta era dar baixa em 1.307.933.

R\$

927,3 MI

foram destinados a despesas com pessoal no ano passado.

R\$

108,78

é quanto custou a Justiça do Paraná no ano passado a cada habitante do estado.

12.473

servidores trabalham no judiciário paranaense. Ao todo, são 767 magistrados.

1.232

sentenças foram proferidas por cada um dos 767 juízes que compõem o judiciário paranaense em 2011. Média está abaixo da meta para o ano, que era de 1.830 sentenças.

Tribunal de Justiça

offroad

ARTIGO

JONEL CHEDE, ex-presidente da Associação Comercial do Paraná e presidente do Movimento Pró-Paraná.

As razões da decadência dos modais viários do Paraná, utilizados à exaustão, configuram-se como de difícil modificação, até pela precariedade na sua execução e manutenção. Particularmente o rodoviário, por não propiciar nenhuma segurança no direito de ir e vir, colocando-nos em altíssimo risco, como se pode observar, infelizmente, pelo registro quase cotidiano de lamentáveis ocorrências, com a destruição de preciosas vidas, trazendo tragédias a muitas famílias.

Essa maléfica frequência, que ocorre em nossas estradas-tronco, que se integram com as vicinais (estas em maior número), alcançam os mais longínquos rincões do Paraná, dentre seus 399 municípios. Agravam-se, em condições extremas, quando em situações climáticas adversas, com a falta de piso consistente e plano, acostamento (pre-cário, quando existe), sinalização eficiente (compensada pelo GPS), manutenção e recuperação adequadas, disciplina do tráfego intenso no período de safras, pista dupla nas vias mestras.

Para vencer tantos obstáculos, quando na obrigação de viajar, tenta-se minimizar lamentáveis riscos, que

constituem verdadeiros entraves à necessidade de locomoção a grandes distâncias. Daí a evidente necessidade do uso de veículos especiais, apropriados, robustos, potentes, com air bags frontais e de cortina, rodados altos com pneus especiais, traçionados 4x4, marcha reduzida, freios modernos com maior vida útil, verdadeiros jeeps modernos, classificados na categoria *off road*.

Isto posto, quero acreditar que foram essas as circunstâncias que sinalizaram como fática a decisão da compra, pelo Tribunal de Justiça do Paraná, de veículos com estes equipamentos, com o escopo primordial de assegurar maior segurança aos seus ocupantes (funcionários e magistrados), preservando sua integridade física e para melhor poder atender a nobre missão pública, no exercício da prática do poder de justiça.

Esta situação perdura como bandeira paranista há duas décadas, apesar da luta que mantemos permanentemente, reivindicando solução para enorme problema: lembrado, almejado, mas não resolvido.

Parceiro principal do modal rodoviário é o ferroviário, pois se integram. A solução será alcançada através da construção de um novo ramal ferroviário de Guarapuava a Paranaguá, passando por Engenheiro Bley, obra de interesse maior do Paraná. Já estão prontos 249 quilômetros, de moderna concepção, en-

tre Cascavel e Guarapuava. Se for realizado em continuidade, até alcançar a planície litorânea, o novo traçado desafogará a BR-277 – o que não isenta sua duplicação onde necessário – e, em consequência, teremos também revitalizada a ferrovia centenária imperial (cansada, até quando resistirá?). Aliviada das pesadas cargas atuais, ficará garbosa e voltada para o turismo, ecologia e estudos de engenharia.

Se compararmos o tempo de dom Pedro II – que determinou sua construção, executada com extraordinária rapidez há mais de 120 anos – com a avançada tecnologia e economia atual, parece-nos que falta, no momento, vontade política nativa unânime de realizar. Esse trecho importantíssimo no Paraná, interligando fronteiras estaduais, necessita viabilizar-se de imediato no contexto do novo plano nacional continental; para ele devemos ter nossas vistas voltadas, atentas. Projeto recentemente noticiado, mas de longa execução, deve receber nossos subsídios paranistas.

Deduz-se que as consequências dos modais viários, como estão, prejudicam como um todo: o poder da justiça, a economia no transporte de cargas, o lazer das famílias e a Integração viária do Paraná. Precisa-se ter um melhor desempenho, do nível de sua importância. O que ainda motiva uma ação conjunta em reformular principalmente os pedágios, retribuindo verdadeiro custo-benefício aos usuários que, ao fim, pagam a conta.

As urnas não apagam crimes

Querer ver no resultado das eleições uma “resposta” do povo ao STF soa como mais um round no processo de desmoralização do Supremo que o PT vem promovendo

A pesar da condenação de alguns de seus principais líderes no julgamento do mensalão, o Partido dos Trabalhadores viu seu prestígio eleitoral subir: em 7 de outubro, foi o partido mais votado do país, com 17,26 milhões de votos (aumento de 4,3% em relação a 2008); conquistou 628 prefeituras (crescimento de 14%) e fez 5.067 vereadores (alta de 22%). No segundo turno, realizado no domingo passado, conquistou a prefeitura da maior cidade do país, São Paulo, com Fernando Haddad.

Os resultados levaram petistas a avaliar que o julgamento teria, no fim, beneficiado o partido — a população, por esse raciocínio, teria percebido a “injustiça” de que o PT foi vítima no Supremo Tribunal Federal e teria resolvido “consertar” a situação nas urnas. “A voz do povo suplantou quem vaticinava a destruição do Partido dos Trabalhadores”, dizia uma resolução divulgada pela Executiva Nacional do partido logo após o primeiro turno. No mesmo dia em que o STF decretou a culpa de José Dirceu por corrupção ativa, ele dizia, a respeito da disputa paulistana, que “vencer as eleições é a melhor resposta aos nossos adversários”, segundo relatos de petistas que participaram da reunião a portas fechadas da diretoria nacional do partido.

Tal avaliação representa uma mudança em relação ao que haviam dito o ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência, para quem o julgamento do mensalão prejudicava, sim, o partido; e o ex-presidente Lula, para quem a população não se importava com o Supremo, pois estava mais preocupada com novelas e com futebol. Se Lula ou Dirceu estiverem certos, isso apenas revela a existência, entre parcela significativa dos brasileiros, de um déficit cívico que pouco mais de duas décadas de democracia ainda não conseguiram resolver. Recentes campanhas

contra a corrupção ressaltam que esse crime grave rouba recursos que seriam destinados ao bem-estar da população, e outras iniciativas buscam combater as “pequenas corrupções” do dia a dia, que acabam deixando muitas pessoas mais tolerantes com as grandes corrupções dos ambientes palacianos; o tom dessas campanhas é um indicador de que esse déficit pode realmente existir.

No entanto, nenhum desempenho eleitoral, por mais significativo que seja — e é preciso lembrar, que o PT foi derrotado em capitais importantes, como Salvador, Fortaleza e Recife (onde Humberto Costa, escolhido a dedo por Lula, nem chegou ao segundo turno) —, anula o fato de que José Dirceu, José Genoino, Delúbio Soares e João Paulo Cunha foram condenados pela mais alta instância do Judiciário brasileiro, poder que funciona em plena normalidade democrática. Eleições e julgamentos criminais não guardam relação entre si, e querer ver nas urnas uma “resposta” ao STF soa como mais um round no processo de desmoralização do Supremo que o PT vem promovendo desde que o julgamento do mensalão começou. Aliás, a intenção dos quatro petistas de se declararem “prisioneiros políticos” caso sejam mandados para a prisão também embute a mensagem de que o STF promoveu um julgamento de exceção, como se a democracia não estivesse plenamente vigente no país.

Na sessão que definiu a culpa de Dirceu, Genoino e Delúbio por formação de quadrilha, o decano do STF, ministro Celso de Mello, usou parte de seu voto justamente para desmentir a noção de que as urnas serviriam para salvar a reputação de criminosos: “Votações eleitorais (...) não se qualificam nem constituem causas de extinção da punibilidade, pois delinquentes, ainda que unguídos por eleição popular, não se subtraem ao alcance e ao império das leis da República.” E ainda: “A conquista e a preservação temporária do poder, em qualquer formação social regida por padrões democráticos, embora constituam objetivos politicamente legítimos, não autorizam quem quer que seja, mesmo quem detenha a direção do Estado, ainda que invocando expressiva votação eleitoral em determinado momento histórico, independentemente de sua posição no espectro ideológico, a utilizar meios criminosos ou expedientes juridicamente marginais (...)”. Cabe ao PT escolher se acolhe a mensagem ou se continua seus planos de prestigiar os mensaleiros condenados mantendo-os na legenda, ao arrepio do que prevê o próprio estatuto partidário.

3 0 OUT 2012

GAZETA DO POVO

“Três coisas devem ser feitas por um juiz: ouvir atentamente, considerar sobriamente e decidir imparcialmente.”

Sócrates, filósofo grego.

GAZETA DO POVO

» JUSTIÇA

Doadora de óvulo é 2ª mãe, diz juiz

Após quatro anos de briga judicial, a enfermeira Gisele, de 46 anos, foi reconhecida oficialmente como a segunda mãe do menino gerado com seus óvulos e gestado no útero da sua ex-companheira, Amanda, 42 anos. Os nomes são fictícios. As mulheres viveram quatro anos juntas, mas, após o nascimento, Amanda não aceitou que o registro levasse o nome de Gisele.

Também passou a impedir que a ex-companheira visse o garoto. Gisele ingressou com uma ação pedindo o reconhecimento da dupla maternidade, mas um juiz a considerou improcedente.

Na última sexta-feira, em audiência com as duas mães, a juíza Helena Campos Refosco, da 7ª Vara da Família e Sucessões, conseguiu convencer Amanda a reconhecer da dupla maternidade, e o acordo foi selado.

“A juíza foi firme e fez cumprir o que diz a lei, que famílias homoafetivas têm direitos iguais às heterossexuais”, afirma a advogada Patrícia Paniza, que defendeu Gisele.

A partir de agora, o menino passa a ter uma certidão de nascimento com o sobrenome das duas mães. Atualmente, no documento só consta o nome da mulher que o gestou. O sêmen usado no tratamento de fertilização veio de um doador anônimo.

30 OUT 2012

30 OUT 2012

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

Governo troca casa popular por hotel de luxo

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) pretende se instalar num prédio onde funciona hoje um hotel cinco estrelas, no Centro de Curitiba. O decreto que declara o edifício como de utilidade pública para fins de desapropriação, assinado pelo governador Beto Richa, leva o número 6.090 e foi publicado no Diário Oficial do Estado no dia 4 passado. O prédio é de propriedade da construtora Nova Itália Empreendimentos Imobiliários, com sede em Pato Branco (Sudoeste do Paraná) e nele explora, em sistema de franquia, o Crowne Plaza Hotel, uma das bandeiras do grupo hoteleiro internacional IHG, localizado à Rua Carlos Cavalcanti, 600.

O negócio estaria avaliado em cerca de R\$ 22 milhões — dinheiro que virá do Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Estado (FPGE), criado no governo Requião para, em parte, pagar as cotas de produtividade dos procuradores e cobrir outras despesas da própria PGE em regime de gestão autônoma. Outra parte da arrecadação integra o orçamento geral do estado.

Aí vem um ponto curioso (e preocupante): no mesmo dia em que foi baixado o Decreto 6.090, foi também publicado o Decreto 6.089, pelo qual R\$ 22 milhões oriundos do Fundo da PGE que tinham sido repassados à Cohapar acabaram voltando para a sua origem, isto é, para o próprio Fundo. Ou seja, ao que parece, pretende-se agora que o dinheiro antes destinado à construção de casas populares seja agora usado para comprar o prédio de luxo ambicionado pela PGE.

A coluna procurou ouvir o procurador-geral do Estado, Júlio Cesar Zem. Em dois e-mails encaminhados aos endereços pessoal do procurador e do seu gabinete, a coluna perguntou:

● O valor da desapropriação corresponde aos R\$ 22 milhões que, segundo o Decreto 6.089, tem origem no FPGE?

● Tendo em vista que o edifício tem características especiais para o funcionamento de um estabelecimento hoteleiro de categoria 5 estrelas, há estimativas quanto aos custos para a adaptá-lo às necessidades da PGE ou se considera que adaptações são dispensáveis?

● A PGE pesquisou alternativas para suprir suas necessidades de nova sede?

● Do ponto de vista econômico, o investimento pode ser considerado como o mais conveniente para as finanças do estado?

Até às 20 horas de ontem, não havia chegado nenhuma resposta.

Pressa e prazo curto

Já um representante da empresa hoteleira apresentou alguns esclarecimentos. Segundo Guilherme Mussi, advogado da Nova Itália Empreendimentos Imobiliários, as negociações com o governo ainda não puderam ser concluídas. Uma das razões diz respeito ao curto prazo exigido pela Procuradoria para que o hotel deixe o prédio — no máximo até dezembro próximo.

Segundo Mussi, a empresa tem compromissos (inclusive internacionais) com a rede franquadora, com prestadores de serviços (agências de reservas, por exemplo), fornecedores e, principalmente, com seus empregados. A PGE exige também que as instalações sejam adequadas para o seu próprio uso, o que significa, por exemplo, a retirada das banheiras de hidromassagem que equipam os apartamentos de luxo. São questões que não se resolvem em tão curto prazo, assinala o advogado, que complementa não haver interesse de nenhuma das partes de recorrer a meios judiciais para concluir as negociações.

GAZETA DO POVO

» MARINGÁ

Pupin diz não crer que Justiça irá impedi-lo de tomar posse

3 0 OUT. 2012

Um dia após ser eleito para a prefeitura de Maringá, Carlos Roberto Pupin (PP) disse ontem não acreditar que terá sua candidatura barrada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o que o impediria de tomar posse em 1.º de janeiro. Segundo ele, que é vice-prefeito, a possibilidade de não assumir o mandato foi “terrorismo político” espalhado pelos adversários.

A candidatura de Pupin foi barrada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), que entendeu que ele estava inelegível porque substituiu o prefeito Silvio Barros nos seis meses anteriores à eleição, o que é proibido. O ministro Marco Aurélio Mello, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), anulou a decisão do TRE-PR. Mas o pleno do TSE ainda tem de julgar o caso, que ainda pode ir parar no Supremo Tribunal Federal (STF).

Pupin diz que a jurisprudência sobre casos como o dele o favorece. Se a candidatura for indeferida até a data da diplomação eleitoral (19 de dezembro), o segundo colocado, Enio Verri (PT), será declarado vencedor.

Secretariado

O prefeito eleito ontem também disse que seu futuro secretariado já está quase pronto, já que é vice-prefeito. Mas Pupin não descarta algumas mudanças.

“Isso [a cassação da candidatura] agora vai cair por terra. Agora é somente a parte jurídica e serão nossos advogados que irão cuidar disso lá em Brasília.”

Carlos Roberto Pupin (PP), prefeito eleito de Maringá.

30 OUT 2012

GAZETA DO POVO

Vereadora Nely Almeida morre, aos 78 anos
➤ LUTO

Corpo de Nely Almeida é velado na sede da Câmara de Curitiba

■ A vereadora Nely Almeida (PSDB), que exercia o sexto mandato na Câmara Municipal de Curitiba, morreu por volta do meio-dia de ontem, aos 78 anos. Segundo informações do gabinete da vereadora, Nely teria passado por uma cirurgia no intestino na última sexta-feira e faleceu em casa, mas as causas oficiais da morte não foram divulgadas a pedido da família.

O velório da vereadora começou a ser realizado na noite de ontem no recém-reformado Palácio Rio Branco, sede histórica da Câmara da capital. A cerimônia seguiu até as 23 horas e reabre hoje pela manhã. O enterro do corpo de Nely está programado para as 15 horas de hoje, no Cemitério Parque Iguçu, no bairro Cascatinha, em Curitiba. Nely Almeida não disputou a reeleição no pleito deste ano.

Luto

A Câmara Municipal de Curitiba decretou luto oficial de três dias pela morte da vereadora. Por isso, as sessões plenárias de terça e quarta-feira foram canceladas e transferidas para a próxima semana.

O presidente da Casa, João Luiz Cordeiro (PSDB), lamentou a morte da colega em nome dos demais vereadores. "Ela tinha uma relação muito próxima com todos. Uma companheira indescritível que nos deixa e que vai deixar uma lacuna nos trabalhos da Câmara Municipal na defesa da sociedade curitibana", comentou. Outros parlamentares da Câmara e políticos do Paraná também divulgaram notas de pesar e lamentaram a morte da vereadora.

Trajatória política

Formada em Geografia e História pela UFPR, Nely Lidia Valente de Almeida ocupou a cadeira de vereadora de Curitiba pela primeira vez em 1989 e estava em seu sexto mandato. Era viúva do médico Felix do Rego Almeida e deixa três filhos.

Na Câmara, a vereadora ficou conhecida por sua atuação em defesa dos direitos dos idosos e aposentados. Entre as leis de sua iniciativa, está a que garante o transporte gratuito aos maiores de 65 anos de idade.



Nely Almeida estava no sexto mandato como vereadora.

Suplente

Quem deve assumir a vaga deixada por Nely é Iranei da Silva Fernandes (PSDB), líder comunitário da Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Ele obteve quase dois mil votos na eleição de 2008. O político aguarda apenas a confirmação do TRE-PR e da Câmara Municipal.

"A trajetória de Nely Almeida foi marcada pela lisura, integridade e total empenho ao trabalho na Câmara de Vereadores de Curitiba."

Valdir Rossoni (PSDB), presidente da Assembleia Legislativa.

"Curitiba está se despedindo de uma das mulheres que fez parte da história da nossa democracia, especialmente em nossa cidade e que vai deixar um grande legado para a vida social e política da cidade."

Jair Cezar (PSDB), vereador.

"Lamento com profundo pesar á morte da vereadora Nely Almeida. Curitiba perde uma grande líder política, que dedicou seus mandatos na luta pelos direitos dos idosos e aposentados, deficientes físicos e gestantes."

Gleisi Hoffmann (PT), ministra-chefe da Casa Civil da Casa Civil.

30 OUT 2012

JORNAL DO ESTADO

No Palácio Iguazu

O governador em exercício Miguel Kfourri Neto recebeu na tarde de ontem, no Palácio Iguazu, representantes da direção do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. No encontro foram discutidas questões relativas à administração estadual e a gestão do TJ. Terceiro na linha de sucessão, Kfourri Neto fica no cargo até este domingo. Segundo ele, é uma responsabilidade e uma honra assumir o governo. "Tudo aquilo que for necessário para que a estrutura do Estado continue funcionando sem qualquer percalço, nós faremos" afirmou. O desembargador Miguel Kfourri Neto, presidente do Tribunal de Justiça, assumiu o Governo do Estado em razão das viagens internacionais do governador Beto Richa, do vice-governador Flávio Arns e do presidente da Assembleia Legislativa, deputado estadual Valdir Rossoni.

30 OUT 2012

JORNAL DO ESTADO

Recorde

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, desembargador Rogério Kanayama, divulgou ontem que não foi só em Curitiba que a apuração teve tempo recorde. Em todo o Paraná isso também aconteceu. O Estado atingiu 100% dos votos apurados às 18h28. Segundo o TRE, Curitiba foi a primeira cidade a fechar o resultado, às 18h07. Depois foi a vez de Cascavel, que realizou eleição municipal de segundo turno pela primeira vez, e fechou às 18h13. Em terceiro lugar, ficou Londrina, que concluiu os trabalhos de apuração às 18h18. E na seqüência, Ponta Grossa, às 18h26, e Maringá, às 18h28. “O TRE do Paraná bateu seu próprio recorde de tempo de apuração”, destacou o desembargador, informando que em Curitiba, às 17h18, ou seja, 18 minutos após o encerramento da votação, com 75% dos votos apurados, já estava definido o resultado.

COLOMBO

TSE é quem vai decidir

A definição sobre quem assumirá a prefeitura de Colombo em 2013 deve ser feita pelo Tribunal Superior Eleitoral até 19 de dezembro. Com 53.980 mil votos recebidos, Beti Pavin (PSDB), não pode ser considerada legitimamente eleita, até que um recurso que tramita no TSE seja julgado em plenário. Em 21 de setembro, o ministro Marco Aurélio de Mello, em decisão monocrática, negou o recurso da candidata, ao considerar que o pedido de revisão de registro impugnado foi feito fora do prazo. Bete Pavin ingressou com outro recurso, para julgamento em plenário. Segundo o TSE, não há data prevista, mas a ministra Carmem Lúcia determinou que todos os processos serão apreciados até a data de diplomação, no caso 19 de dezembro. Com informações do TRE-PR e do TSE.

Direito ao bafômetro

Converter o bafômetro e o exame de sangue em direitos dos motoristas para comprovar que não estavam dirigindo alcoolizados é um dos principais aspectos e efeitos jurídicos práticos do projeto de lei, já aprovado na Câmara e que deverá ser votado este mês no Senado, que estabelece outros meios de prova para a embriaguez, como depoimentos e testemunhos de terceiros, inclusive policiais. O mesmo princípio, aliás, foi aprovado em abril último e incluído no anteprojeto do novo Código Penal, pela comissão de juristas encarregada da discussão de seu conteúdo.

O governo tenta aprovar o projeto, aparentemente redundante ao código, apenas com o intuito de apressar a mudança da chamada Lei Seca, pois a ingestão de álcool é considerada uma das principais causas de acidentes de trânsito, que vêm aumentando no País. De 1996 a 2010, mataram 518,5 mil pessoas no Brasil. O número mais elevado de óbitos ocorreu em 2010, com 40.989 vítimas.

Por que o bafômetro e o exame de sangue, instrumentos da lei atual a serviço da autoridade para comprovar a embriaguez, transformam-se em direitos do cidadão no contexto do projeto e do novo Código Penal? Porque estabelecem provas incontestáveis, capazes de se contrapor a uma eventual arbitrariedade de policiais e ao falso testemunho.

Assim, ao contrário do que ocorre atualmente, quando numerosas pessoas, amparadas na lei vigente, recusam-se a fazer o teste do bafômetro ou o exame de sangue, exercitando o direito de não produzir provas contra si, é provável que muitos motoristas passem a optar por esses expedientes para provar sua inocência. Sem dúvida, um avanço.

O projeto de lei e o princípio incluído no anteprojeto do

novo Código Penal estabelecem parâmetros mais claros para a atuação da Justiça, que poderá avaliar com clareza as provas testemunhais e, quando for o caso, a contraprova, a favor dos acusados, do bafômetro ou do exame de sangue. É preciso lembrar sempre que os juízes não criam ou fazem interpretações subjetivas das leis, mas sim buscam cumprir com a maior precisão possível o que elas determinam.

Nesse sentido, foram descaídas as críticas à decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no início do ano, que referendou o teste do bafômetro e o exame de sangue como únicos meios aceitos como prova de embriaguez para fundamentar a abertura de ação penal contra quem for flagrado dirigindo embriagado. O julgamento, por mais que possa ter dificultado a sanção criminal dos transgressores, apenas ratificou o que determina a lei. Hoje, quando motoristas com evidência de embriaguez recusam-se a fazer as provas, sujeitam-se às sanções administrativas.

Assim, os novos instrumentos legais sobre o tema parecem bastante adequados, à medida que permitem gama mais ampla de provas e, ao mesmo tempo, transformam o bafômetro e o exame de sangue em guardiões dos direitos dos motoristas. O melhor de tudo isso seria a efetiva redução das mortes no trânsito, um flagelo contra o qual também deveria ser feita sistemática e eficaz campanha educativa.

Cláudio Dell'Orto, desembargador, é o presidente da Amaerj (Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro)

30 OUT 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Número de processos cai, mas juízes julgam menos

Relatório do Conselho Nacional de Justiça apontou que a carga de trabalho em 2011 foi 12% inferior a 2010

Os juízes brasileiros tiveram menos processos sob sua responsabilidade em 2011. Mesmo assim eles julgaram menos. Relatório divulgado ontem pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostra que a carga de trabalho dos juízes no ano passado foi em média de 4.594 processos, número 12% inferior ao de 2010. Eles julgaram 1.179 ações, o que representou uma queda de 14,3%.

No ano passado, quase 90 milhões de processos tramitaram no Judiciário brasileiro. Desses, 63 milhões já estavam pendentes desde o início do ano e 26 milhões eram casos novos. “O número é avassalador. Os casos novos têm apresentado uma majoração a cada ano. É importante para mostrar que a litigiosidade do brasileiro tem aumentado”, afirmou o conselheiro José Guilherme Vasi Werner, ao divulgar os resultados da pesquisa.

Para solucionar as ações, a Justiça conta com 17 mil juízes e 366 mil servidores. Há uma média de 8,8 magistrados para cada grupo de 100 mil habitantes.

“Os números assustam e os estrangeiros chegam a pensar que é um erro de tradução porque nenhum país tem um volume tão grande processos judiciais”, disse Werner. Segundo ele, entre os maiores demandantes estão os setores público, bancário e de telefonia.

São Paulo. Conforme o relatório, a Justiça Estadual de São Paulo registrou uma das maiores taxas de congestionamento do País, índice que indica os processos que não conseguiram ser resolvidos. A taxa paulista foi de 80% e a nacional foi de 71,2%. Ou seja, 7 de cada 10 ações que tramitaram em 2011 não foram concluídas.

De acordo com o levantamento, as despesas totais do Judiciário em 2011 somaram R\$ 50,4 bilhões, valor 1,5% superior ao gasto em 2010. A maior despesa foi com recursos humanos. Nessa área, foram consumidos R\$ 45,2 bilhões, ou 89,7% do total.

SÔNIA RACY

Best friends

Alto magistrado de Brasília, que endossou nota de repúdio a **Eliana Calmon** no episódio “bandidos de toga”, avisou à Casa Civil que tem apoio de... Eliana Calmon para a vaga de **Ayres Britto** no STF.

A ministra recebeu a notícia com alguma surpresa.

30 OUT 2012

O ESTADO DE S. PAULO

LOURDES SOLA

O STF, a lei e a política no Brasil

O julgamento em curso no Supremo Tribunal Federal (STF) suscita uma unanimidade perturbadora quanto ao alcance histórico das decisões tomadas até aqui. O que se entende por alcance histórico, porém, varia muito, o que não surpreende. Os aspectos a explorar são muitos e dependem do foco do analista. Conforme se privilegiam as dimensões político-eleitoral ou institucional, a legal-constitucional, ou se adote uma perspectiva histórica fundamentalista do tipo “nunca antes neste país”, ter-se-ão apostas distintas sobre o impacto das decisões do STF. Por certo, há muito em comum entre os que compartilhamos a percepção de que elas marcam um daqueles pontos de virada que geram um impulso transformador dos *mores* políticos e, sobretudo, das expectativas em que se baseiam os cálculos políticos. Um de seus efeitos subversivos é a reversão das expectativas gêmeas que poluíram as discussões anteriores: a da impunidade e a do ceticismo entre os indignados.

Isto posto, qual o foco privilegiado aqui? Como situar o Rubicão que atravessamos pela mão dos membros do STF e com apoio nas análises que a mídia propicia? Atenho-me a um par de aspectos em registro de médio e de longo prazos. Descarto o foco político-eleitoral pelo repúdio ao que a campanha em São Paulo conteve de cinismo de ambos os lados: de um, o argumento de que a voz das urnas equivale a uma absolvição, com o que se deslegitima o ordenamento jurídico; de outro, a tentativa de estender a um partido como o PT – cujos representatividade e

O alcance histórico das decisões do Supremo é ainda ‘geográfico’, pela relevância geopolítica

compromisso com avanços sociais é inquestionável – uma condenação que todos os atores do sistema de Justiça circunscrevem a alguns de seus membros.

O alcance histórico das decisões do STF é também “geográfico”, pela relevância geopolítica. Valho-me do olhar de um cientista político americano, Douglas Chalmers, que ainda nos anos de chumbo se empenhou em entender como nossa formação histórica afetava o modo de fazer política na região. Atenho-me exclusivamente à relação com a lei. Num intuição profética, destacava “uma característica estrutural dominante” no século 20, que consistiria na instabilidade inerente tanto aos regimes autoritários quanto democráticos. Diz ele: “A razão está na percepção generalizada de que as instituições são um meio instrumental e tentativo para resolver conflitos”. É a percepção de que “os conflitos se resolvem pelo choque de forças, quer dizer, politicamente, e não por referência a um conjunto fixo e estabelecido de procedimentos”. Trocando em miúdos, a força da lei, quando se exerce, é sempre passível de contestação nesse tipo de Estado que Chalmers caracterizava como “o Estado politizado”, por contraposição ao Estado institucionalizado.

É fácil explorar outras especificidades derivadas dessa. Por um lado, a falta de credibilidade do Estado enquanto lei, ou seja, o ceticismo quanto à sua capacidade de fazer valer o ordenamento jurídico previamente acordado.

Por outro, a tendência a redefinir a lei ao sabor das resultantes dos embates políticos. Isso explica, a meu ver, seja a dificuldade de aceitar como final a intermediação do sistema de Justiça pelas partes em conflito, seja a tentação de redefinir continuamente o ordenamento jurídico. Basta lembrar as crises de sucessão durante nosso regime autoritário, ou a contínua redefinição do sistema partidário em resposta a eleições tuteladas, para situar a nossa versão de Estado politizado. Pouco que ver com o Estado autoritário institucionalizado da Espanha ou do Chile. Nos anos de chumbo, porém, a constatação dessa instabilidade congênita soava como música aos ouvidos de uma democrata.

Mas até que ponto o *insight* de Chalmers vale para os dias de hoje? Cabe como luva à Venezuela de Chávez, à Argentina dos Kirchners, ao Equador de Correa. Mas não se aplica ao Brasil, ao menos não nos mesmos termos (apesar da “insegurança jurídica” detectada pelos economistas). Nosso avanço se deve a um processo cumulativo de institucionalização, cuja peça central foi a Constituição de 1988 e o consequente apoderamento dos atores do sistema de Justiça, notadamente os do Ministério Público. Se é verdade que culmina hoje com a reafirmação do Estado como lei pelos membros do STF, vale lembrar que foram subsidiados pelos juízes de instrução e pelos dois procuradores-gerais que analisaram as denúncias pertinentes. As decisões do STF, portanto, aproximam-nos mais do Chile e nos distanciam dos outros vizinhos.

CONTINUA

30 OUT 2012

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Seu alcance potencial, no entanto, deverá ser testado, em dois registros. Um: o Estado de Direito é uma construção política coletiva e, como toda construção, pode ser fragilizado. Entre nós, está exposto à vocação restauradora que busca sobrepor legitimidade política, êxito econômico e popularidade ao império da lei. Dois: valendo para todos, depende da reiteração desse princípio, na prática, e quando cabível pelo sistema de Justiça.

É possível detectar outros desdobramentos desse impulso transformador. Minha aposta é que nos próximos anos os profissionais da Justiça deverão (re) conquistar um espaço privilegiado enquanto atores políticos. Similar ao dos economistas, na esteira das democratizações marcadas pela crise econômica e por megainflações. O espaço reservado na mídia ao debate político centrado na economia foi e é uma das características distintivas da nossa democratização, pela quantidade e pelo vigor. Entra em cena agora o debate político centrado na Justiça e o aprendizado que isso exige de nós, leigos. E dos próprios especialistas obrigados a renunciar ao aconchego de seu dialeto. A exposição pública é essencial: pela exemplaridade da argumentação cerrada, da tolerância pelo contraditório, pela contestação da defesa e pelas tensões entre os ministros relator e revisor. Contribuí para a redução de um dos hiatos que caracterizam a nossa (e toda) democracia: entre o acesso instantâneo às informações e a capacidade dos cidadãos leigos de elaborá-las.

●
CIENTISTA POLÍTICA, PROFESSORA APOSENTADA DA USP, EX-PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA, MEMBRO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS, É AUTORA DE 'DEMOCRACIA, MERCADO E ESTADO' (FGV, 2011), SEU LIVRO MAIS RECENTE

30 OUT 2012

O ESTADO DE S. PAULO

QUEIMADAS

Juíza condena 6 por estupro e assassinatos

A juíza Flávia Baptista Rocha condenou seis dos dez acusados pelo estupro coletivo contra cinco mulheres e do assassinato de duas delas em Queimadas (PB). Cabe recurso. A maior pena, de 44 anos, foi para Luciano dos Santos Pereira. Seu irmão, Eduardo dos Santos Pereira, é acusado de ter planejado o estupro coletivo como presente de aniversário para Luciano. Durante a festa, em fevereiro, os homens fingiram um assalto para estuprar as mulheres. Eduardo será levado a júri popular no início de 2013.

SÃO PAULO

Noiva é indenizada por falta de copo em festa

Uma prestadora de serviços foi condenada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo por não fornecer produtos descartáveis na festa de casamento. A empresária alega que foi contratada só para o serviço. Consta na decisão que “diante da ausência de pratos e copos descartáveis para que os convidados fossem devidamente servidos, houve constrangimento na festa, sendo certo que alguns convidados deixaram a recepção sem comer ou beber”. Por unanimidade, foi fixada indenização de R\$ 3 mil por danos morais.

VISTO AMERICANO

Passaporte sob custódia da DHL será entregue

A empresa DHL Brasil informou ontem, por meio de nota oficial, que entregará os passaportes brasileiros com visto americano que ainda estão sob sua custódia. Desde quinta-feira, a DHL foi impedida de fazer a entrega dos passaportes por decisão da Justiça Federal em São Paulo. Esse serviço, segundo a Justiça, só pode ser feito pelos Correios.

Três chapas vão disputar seção paulista da OAB

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em São Paulo registrou ontem as chapas dos três candidatos às eleições da entidade, marcadas para novembro. Marcos da Costa, presidente em exercício, Alberto Zacharias Toron e Ricardo Sayeg vão disputar o comando da maior seccional da OAB no País, com 320 mil filiados e receita de R\$ 233,3 milhões.

Costa, que terá como vice Ivette Senise Ferreira, presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo, planeja a valorização do advogado, fixação de honorários justos, ampliação do mercado de trabalho e criação do Conselho Estadual de Justiça. Toron quer criar uma cooperativa dos advogados. Ele afirma que “não vai permitir o aparelhamento da OAB por qualquer partido e não será transformada num trampolim para aventuras políticas”. Sayeg quer democratizar a Ordem que, segundo ele, transformouse em uma entidade político-partidária. Formado pela PUC, livre docente da cadeira de Direito econômico, ele avalia que a OAB afastou-se de sua missão corporativa. “Minha expectativa é de vitória.”

METRO

Justiça é lenta e custa muito caro, diz CNJ

30 OUT 2012

A Justiça segue abarrotada de processos e em um ritmo lento na solução de casos. Somente no ano passado havia uma ação judicial para cada dois brasileiros. Foram 90 milhões de processos em tramitação no Poder Judiciário. Do total, 63 milhões são antigos e aguardavam julgamento já em 2010, segundo a pesquisa 'Justiça em números' divulgada ontem pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

Em 2011, o Judiciário não conseguiu avançar na conclusão de sentenças antigas. Houve um aumento nos processos resolvidos: 26 milhões. O efeito, porém, foi nulo porque outras 26 milhões de novas ações chegaram aos tribunais entre janeiro e dezembro do ano passado.

O CNJ aponta que o resultado é provocado por uma 'cultura de litigiosidade' da Justiça brasileira. Atualmente, 85% dos processos abertos ficam por mais de um ano sem solução. Para os próximos anos, as Cortes terão que adotar indicadores de qualidade que demonstrem os motivos da demora.

Custos

A Justiça gastou em 2011 o equivalente a 1,24% do PIB (Produto Interno Bruto) - um aumento de 1,5%. A maior despesa do Judiciário é com salários de servidores e diárias: 89%.

Em números absolutos, a Justiça de São Paulo é a que mais gasta: R\$ 5,7 bilhões. O maior crescimento de despesas, porém, foi na Justiça do Distrito Federal: 12% ou um total de R\$ 1,5 bilhão.

90

milhões de ações tramitaram no Judiciário brasileiro no ano passado.

3 0 OUT 2012

METRO

Colombo ganha Vara do Trabalho

A 2ª Vara do Trabalho de Colombo será inaugurada hoje. Ela fica localizada na rua José Cavassin, 125, e vai funcionar com o Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT). A estrutura deve acelerar processos e melhorar o atendimento da população.

“Temos demanda crescente de novas ações todos os anos, não só relacionadas a empresas de grande porte da região mas, cada vez mais, envolvendo as pequenas e médias”, comenta o juiz titular da Waldomiro Antônio da Silva.

Outras cinco varas serão instaladas ainda este ano: Ponta Grossa, Apucarana, Cornélio Procópio, Cascavel e São José dos Pinhais. Em 2013, serão mais cinco, segundo o TRT-PR (Tribunal Regional do Trabalho). ◀

30 OUT 2012

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Falências

CPI das falências, agora com novo formato (a outra foi bloqueada pelo TJ), já tem o número necessário de assinaturas para ser instalada.

30 OUT 2012

FOLHA DE LONDRINA

FOLHA *Cidadania*

FOLHA *Cidadania*

FOLHA *Cidadania*

30/10/2012

FOLHA Economia

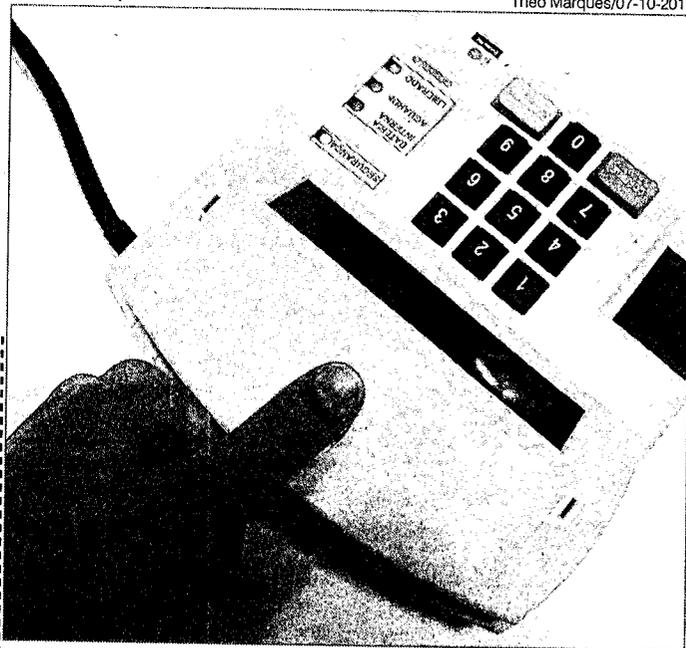
TECNOLOGIA

Biometria em evolução

Theo Marques/07-10-2012

● A biometria por impressão digital é a mais popular por causa do custo; cada aparelho custa em média R\$ 280; ao contrário da pele íris, em que o aparelho mais simples custa R\$ 20 mil

● Um exemplo da aplicabilidade do sistema biométrico é nos planos de saúde com o objetivo de evitar o uso da "carteirinha" por outras pessoas para obter os benefícios do plano



Neste primeiro turno das eleições municipais mais de 7 milhões de brasileiros votaram utilizando o **sistema biométrico** de identificação. No Paraná, mais de um milhão de eleitores utilizaram o sistema nas cidades de Curitiba e Balsa Nova. Nas eleições presidenciais será a vez dos londrinenses – o cadastro começará em março. A mudança nas urnas tem o objetivo de evitar a fraude no procedimento de votação, quando uma pessoa se passa por outra para votar.

Os benefícios da biometria podem ser aplicados a vários setores e a tecnologia evolui para outras for-

mas cada vez mais eficazes quando o assunto é fazer, com **segurança**, a identificação de uma pessoa. Apesar de ainda caras, já existem, por exemplo, tecnologias de biometria facial, pela íris, reconhecimento da voz e até pela dinâmica de digitação.

"A principal vantagem da biometria é a segurança. A identidade biométrica é intransferível", explica o estudante Marcelo Martelli Aymori, do curso de Ciências da Computação do Centro Universitário Filadélfia (Unifil). No momento, ele desenvolve um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre a aplicação da tecno-

logia em salas de aula.

O uso de biometria também pode dispensar a necessidade de cartões e o incontável número de senhas que precisamos guardar na memória. Um exemplo é a sua aplicação em terminais bancários. "A biometria pode ser utilizada em tudo o que se possa imaginar para substituir a assinatura, senha, inclusive de forma on-line. Uma aplicação estaria, por exemplo, nas compras on-line", acrescenta Aymori. A identificação biométrica também traz praticidade, uma vez que acompanha a pessoa em qualquer lugar, brinca o estudante.

30 OUT 2012
FOLHA DE S. PAULO

Governo federal e bancos são líderes em ações judiciais

União e instituições financeiras são os setores que aparecem no maior número de processos no país

Ranking, relativo a 2011, foi divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça; volume no Judiciário subiu 8,8%

O setor público e os bancos são os principais responsáveis pela quantidade de ações na Justiça brasileira que, em 2011, conviveu com 90 milhões de processos.

Dois levantamentos estatísticos divulgados ontem pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) revelam que o Judiciário do país recebeu mais de 26 milhões de casos novos em 2011 —8,8% a mais do que o registrado no ano anterior.

Por causa disso, os tribunais têm mantido um estoque anual que ultrapassa 60 milhões de ações.

“O número é avassalador. Os casos novos têm apresentado uma majoração a cada ano. É importante para mostrar que a litigiosidade do brasileiro tem aumentado”, afirmou o conselheiro do CNJ José Guilherme Vasi Werner.

No relatório sobre os cem maiores “litigantes”, ou quem mais aparece entre as partes processuais nos dez primeiros meses do ano passado, está na primeira posição o setor público federal, seguido pelos bancos, órgãos municipais e estaduais e empresas de telefonia.

Isso não significa que eles são os que mais acionam a Justiça, mas aqueles que aparecem nas ações, seja como quem processa, seja como quem é processado.

O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) é o órgão que mais levou casos à primeira instância da Justiça, com quase 5% do total registrado entre janeiro e outubro de 2011, seguido da BV Financeira (1,5%), do município de Manaus (1,3%), da Fazenda Nacional (1,2%) e do Estado do Rio Grande do Sul (1,17%).

Outro levantamento, desta vez sobre dos 90 tribunais do país —todos menos o STF (Supremo Tribunal Federal), que não entra nas estatísticas por estar hierarquicamente acima do conselho—, mostra que o orçamento do Judiciário em 2011 foi de R\$ 50,4 bilhões (1,5% maior do que no ano anterior), sendo que 90% deste valor foi gasto com funcionários.

O Poder Judiciário Brasileiro conta com 17 mil magistrados e 366 mil servidores públicos. No ano passado, cada magistrado recebeu uma média de 4.594 processos, número que diminuiu 12% em relação a 2010.

Essa redução, porém, não representou aumento proporcional dos casos julgados. Isso porque a produtividade dos juízes também diminuiu

14%, conseguindo julgar de forma definitiva um total de 25,9 milhões de processos.

Essa diminuição de produtividade também tem reflexo na chamada taxa de congestionamento (percentual que revela o número de processos que ficou parado, sem qualquer decisão).

Em 2011, de cada dez processos que entraram na Justiça sete ficaram na fila de espera. Essa situação se repete ano após ano.

Na Justiça Estadual, onde estão mais de 70% dos 90 milhões de ações, o tribunal mais complicado é o TJ-PE (Tribunal de Justiça de Pernambuco), com uma taxa de congestionamento de 84%. Ele é seguido dos tribunais de Justiça do Amazonas (82%), de Mato Grosso (81%), do Piauí (81%) e de São Paulo (80%).

CONTINUA

30 OUT 2012

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

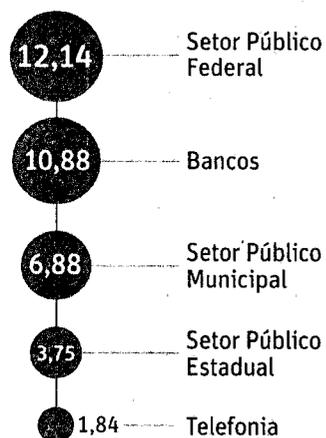
QUEM APARECE MAIS NOS PROCESSOS

Entre 1º.jan e 31.out.2011; percentual em relação ao total de processos abertos

Justiça Comum

INSS	4,38%
BV Financeira	1,51%
Município de Manaus	1,32%
Fazenda Nacional	1,20%
Estado do Rio Grande do Sul	1,17%
União	1,16%
Municípios de Santa Catarina	1,13%
Banco Bradesco	0,99%
Caixa Econômica Federal	0,95%
Itaucard	0,85%

Os maiores setores com processos na Justiça, em %



Fonte: Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça

30 OUT 2012

FOLHA DE S. PAULO

Vereadores de SP podem custar R\$ 3,8 mi a mais por ano

Impacto se deve a polêmico reajuste de 62% suspenso pelo TJ em caráter liminar; salário pode ir a R\$ 15 mil

Os 55 vereadores eleitos que vão assumir seus mandatos em janeiro na Câmara Municipal de São Paulo poderão custar R\$ 3,8 milhões a mais por ano que os atuais parlamentares. O impacto se deve a um polêmico reajuste salarial de 61,8% aprovado na Casa no fim de 2011 e suspenso pelo TJ-SP (Tribunal de Justiça) neste ano.

A proposta previa que o salário dos vereadores saltaria de R\$ 9.288,05 (valor bruto atual, sem desconto) para R\$ 15.031,76 a partir de 2013. A quantia equivale a 75% dos vencimentos de um deputado estadual e é o teto constitucional de remuneração a legisladores municipais.

O aumento faz parte de um pacote de reajustes e benefícios de uma resolução aprovada pelos atuais parlamentares em novembro de 2011.

O projeto previa na ocasião reajuste de 22,7% retroativo a março daquele ano e a criação do 13º salário.

A medida causou polêmica e acabou sendo suspensa em março deste ano pelo TJ (Tribunal de Justiça) a partir de uma Adin (ação direta de inconstitucionalidade) apresentada pelo procurador-geral de Justiça à época, Fernando Grella Vieira.

Para o desembargador Enio Zuliani, apenas trabalhadores, e não agentes políticos, têm direito ao 13º salário. Ele afirmou também que a vinculação do aumento dos vereadores com o dos servidores municipais, justificativa apresentada pela Câmara, é descabida. A Câmara recor-

reu da decisão e passou a depositar em juízo o valor do reajuste de 22,7% retroativo.

Procurada ontem pela **Folha**, a assessoria da presidência da Câmara informou que, pelo entendimento da Procuradoria da Casa, apenas o 13º salário e o reajuste retroativo foram suspensos pela Justiça. Segundo o departamento, o aumento de R\$ 5,7 mil por mês para cada parlamentar será pago automaticamente a partir de janeiro.

PARA O SUCESSOR

O presidente da Casa, José Police Neto (PSD), porém, disse que prefere aguardar que a Justiça “elucide o processo” para saber se o reajuste será aplicado ou não.

“Tem um processo em curso de contestação de tudo o que foi aprovado à época. Vou deixar para o próximo presidente [resolver o assunto]. Decisão do juiz se cumpre. Não existe interpretação”, ponderou Police Neto.

Em maio, o STF (Supremo Tribunal Federal) negou liminar ajuizada pelo presidente da Casa que tentava garantir a validade jurídica da resolução aprovada em 2011.

Na reclamação, a Câmara alegou que o TJ não possui competência para julgar a ação direta contra a resolução e que a Constituição Estadual não sustentaria a declaração da inconstitucionalidade da resolução.

O ministro Joaquim Barbosa, porém, entendeu que “não há impedimento ao processamento e julgamento de ações diretas pelos tribunais de Justiça estaduais”.

Mesmo sem saber ainda se o reajuste será aplicado ou não a partir de 2013, a Câmara terá um orçamento 23% maior que o deste ano.

Pela proposta orçamentária enviada pelo prefeito Gilberto Kassab (PSD) em setembro, o orçamento da Casa, que neste ano é de R\$ 472 milhões, subirá para R\$ 580,9 milhões a partir do próximo ano.

30 OUT 2012

FOLHA DE S. PAULO

STF recebe pedido de delação premiada para Marcos Valério

Defesa propõe ao tribunal que o operador do mensalão seja ouvido para trocar informações por penas menores

Supremo confirma que recebeu mensagem, mas não divulga teor; advogado diz que ele tem a vida ameaçada

O Supremo Tribunal Federal recebeu, no final de setembro, um fax, assinado pela defesa do empresário Marcos Valério Fernandes de Souza, operador do mensalão, pedindo para ser ouvido e relatando correr risco de vida.

A informação foi divulgada no último fim de semana pela revista "Veja". O tribunal confirma a chegada da mensagem, não o seu teor.

Ao receber o recado, o presidente da corte, ministro Carlos Ayres Britto, determinou sigilo e encaminhou o documento ao relator do caso, Joaquim Barbosa.

O Supremo não divulgou o conteúdo, quem assinou, nem mesmo em que data a mensagem chegou.

Segundo a **Folha** apurou, o texto do fax era curto, não contendo mais do que um parágrafo. Nele, o advogado de Valério sugeriria a possibilidade de uma delação premiada, mecanismo jurídico no qual alguém que é investigado pode se beneficiar colaborando com a Justiça.

Essa sugestão, porém, não altera o caso que está sob julgamento no Supremo. Isso porque a delação serviria pa-

ra auxiliar na comprovação de crimes, o que, no caso do processo do mensalão, já foi feito sem que Valério tenha revelado tudo o que diz saber.

Nos últimos três meses, o tribunal julgou o caso e condenou 25 dos 37 réus por depeculato (desvio de dinheiro público por servidor), corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro, gestão fraudulenta, evasão de divisas e formação de quadrilha.

Na semana passada, o STF iniciou o cálculo das penas, estabelecendo a Marcos Valério uma punição de mais de 40 anos, número que ainda poderá ser revisado. Ele também terá que pagar uma multa de R\$ 2,7 milhões.

SEM CONTRIBUIÇÃO

Ministros do tribunal afirmam, em caráter reservado, que novas revelações poderiam apenas gerar novos processos ou contribuir para outros, já em curso na primeira instância da Justiça.

Os magistrados, no entanto, veem com ceticismo a atitude de Valério.

O próprio Joaquim Barbosa, durante uma das sessões do mensalão, afirmou que o empresário mineiro esteve algumas vezes na Procuradoria-Geral da República com a intenção de realizar a delação premiada, mas quando

começava a falar, não concretizava o que havia prometido.

A reportagem procurou o gabinete de Barbosa, para saber o que foi feito do fax enviado por Valério, mas como o ministro está de licença médica, em viagem à Alemanha, não houve qualquer esclarecimento sobre o ocorrido.

Segundo a revista "Veja", o relator do mensalão encaminhou a mensagem ao procurador-geral para tomar as medidas cabíveis.

A defesa de Valério não se pronunciou sobre o episódio até a conclusão desta edição.

FOLHA DE S. PAULO

CARLOS HEITOR CONY

O lobo e o cordeiro

RIO DE JANEIRO - Aos 11 anos, obrigaram-me a decorar uma fábula de Esopo, reescrita em latim por Fedro. Até hoje a sei de cor: “Ad rivum eundem lupus et agnus...”. O lobo e o cordeiro vieram ao mesmo rio. O lobo quis comer o cordeiro que estava sujando a água que pretendia beber.

O cordeiro se defende: “Estou bebendo abaixo do trecho onde você bebia, como posso sujar a sua água?”. O lobo deu a sentença final: “Ano passado, seu pai sujou a água que eu bebia!”. E comeu o cordeiro.

Pensei nisso quando ouvi uma douta ministra do STF, a propósito de um dos réus do mensalão, dizer que não estava julgando a história, mas o fato. Com isso, condenou — e outros juízes fizeram o mesmo — alguns personagens que, no passado, se destacaram na luta contra a ditadura.

Sem entrar no mérito da questão, acho que a juíza julgou certo, desconhecendo o passado dos réus e julgando apenas os delitos cometidos e denunciados por quem de direito. Evitou usar a razão histórica do lobo que acusou o pai do cordeiro de ter sujado a água que bebia. Adotou o argumento às avessas, não lembrou o passado para julgar o presente.

Além da dupla Esopo-Fedro, recorro a autor mais recente, William Shakespeare, e a uma das cenas mais famosas de sua peça “Júlio César”. Após o discurso de Marco Antônio — que citei em crônica da semana passada —, o povo, revoltado contra o assassinato de César, promove a caça às bruxas que haviam feito parte da conspiração. Pegam um tal de Cina, que se explica: “Não sou conspirador, sou Cina, o poeta!”. O povo não o perdoa: “Então morra por seus maus versos!”.

Outro argumento histórico, igual ao do lobo da fábula e que a ministra do STF não quis aplicar no caso dos dois Zés, o Dirceu e o Genoino. Justiça ou acerto de contas?

30 OUT 2012

FOLHA DE S. PAULO

Fruet afirma não ver excessos do STF no julgamento do mensalão

Ex-tucano e relator da CPI foi eleito prefeito de Curitiba com apoio do PT

Neoaliado do PT e antigo opositor do partido no governo Lula, o ex-tucano e prefeito eleito de Curitiba Gustavo Fruet (PDT) diz não ver excessos da Justiça no julgamento do mensalão, ao contrário do que apontam setores do PT.

“O Supremo [Tribunal Federal] está cumprindo seu papel”, afirmou ontem à **Folha**.

Fruet foi um dos relatores da CPI que investigou o mensalão —era deputado federal pelo PSDB à época. Durante a campanha, foi criticado por rivais pela aliança com o PT e com “mensaleiros”.

Fruet falou ontem pela primeira vez sobre o julgamento —e de forma breve.

A despeito de seu papel de protagonista nas investigações políticas do caso, Fruet hoje é comedido: não cita nomes nem exalta condenações. Diz que o resultado será “referência” para o país e para ele, na definição de nomes para a administração.

“Tem certas atitudes que não se aceitam mais na vida política”, disse.

A cautela também se faz notar quando o assunto é 2014. Sua vitória, que teve como avalistas os ministros Gleisi Hoffmann (Casa Civil) e Paulo Bernardo (Comunicações), é considerada uma vitrine para o PT concorrer ao governo do Paraná em 2014.

Fruet reconhece que a ministra aparece como “nome muito forte” na sucessão estadual, mas diz que sua gestão na prefeitura é que vai definir o sucesso ou não dessa aliança daqui a dois anos.

Para ele, que teve 61% dos votos válidos, sua eleição se deveu à “relação direta com a população, e não às grandes articulações da política nacional”. (ESTELITA HASS CARAZZAI)

30 OUT 2012

30 OUT 2012

FOLHA DE S. PAULO

Justiça reconhece doadora de óvulos como 2ª mãe

Após 4 anos de disputa judicial com ex-companheira, enfermeira teve seu nome registrado na certidão do filho

Após quatro anos de briga judicial, a enfermeira Gisele, 46, foi reconhecida oficialmente como a segunda mãe do menino gerado com seus óvulos e gestado no útero da sua ex-companheira, Amanda, 42. Os nomes são fictícios para preservar a criança.

A **Folha** divulgou o caso em fevereiro. As mulheres viveram quatro anos juntas, mas, após o nascimento, Amanda não aceitou que no registro constasse o nome de Gisele.

Também passou a impedir que a ex-companheira visse o garoto. Gisele ingressou com uma ação pedindo o reconhecimento da dupla maternidade, mas um juiz a considerou improcedente.

Na sexta-feira, em audiência com as duas mães, a juíza Helena Campos Refosco, da 7ª Vara da Família e Sucessões, conseguiu convencer Amanda a reconhecer da dupla maternidade, e o acordo foi selado.

“A juíza foi firme e fez cumprir o que diz a lei, ou seja, que famílias homoafetivas têm iguais direitos das relações heterossexuais”, afirma a advogada Patrícia Paniza, que defendeu Gisele.

CERTIDÃO

A partir de agora, o menino passa a ter uma certidão de nascimento com o sobrenome das duas mães. Atualmente, no documento só consta o nome da mulher que o gestou. O sêmen usado no tratamento de fertilização veio de um doador anônimo.

“Nem acredito que esse pesadelo chegou ao fim”, disse, com a voz embargada, Gisele. Ela integra a equipe de resgate do Corpo de Bombeiros.

Com a decisão, cada mãe ficará uma semana com a guarda da criança.

Segundo a advogada, a juíza também se baseou em um laudo psicológico do menino, em que uma perita atestou que a guarda compartilhada seria o melhor para ele.

BRIGA

O casal se separou em 2008. Segundo Gisele, a ex-companheira tornou-se evangélica e passou a negar a homossexualidade. Em dezembro, a relação azedou ainda mais.

“Ela passou a esconder meu filho de mim. Em uma ocasião, só consegui encontrá-lo com um mandado de busca e apreensão”, diz ela.

A advogada de Gisele entrou então com um pedido de reversão de guarda, mas uma outra juíza o negou, alegando que ela não tinha parentesco com o garoto. Na audiência de sexta, tentava novamente reverter a guarda do menino. Não foi preciso.

A **Folha** tentou falar com Amanda em fevereiro e na sexta-feira, mas ela não retornou as ligações.

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

PRÓXIMA
ESQUINA

30 OUT 2012

A primeira saia justa da administração Fernando Haddad (PT-SP) pode ocorrer já no primeiro mês de seu mandato. Em janeiro, ele pode ter que tocar adiante processo para recuperar US\$ 22 milhões que teriam sido desviados da administração paulista para contas ligadas a familiares de Paulo Maluf no exterior.

PARA VALER

O caso corre em Jersey e a prefeitura, que move a ação, aguarda para os próximos dias a sentença final da Justiça da ilha. Caso ela reconheça as acusações e decida pela devolução dos recursos, a equipe de Haddad terá que acionar o STJ (Superior Tribunal de Justiça) para que a sentença seja reconhecida e executada no Brasil.

PAINEL

Acima... Hostilizado por uma eleitora e um mesário na seção eleitoral onde vota, na zona sul de São Paulo, o revisor do mensalão, Ricardo Lewandowski, avalia que o episódio foi fruto de um julgamento marcado para coincidir com as eleições municipais e da insatisfação com o resultado das urnas.

... do tom “Fora da arena eleitoreira só tenho recebido elogios de juristas, cidadãos e estudantes de todo Brasil”, assegura o ministro do STF.

29 OUT 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

Richa vai ao exterior em busca de novos investimentos

Agenda do governador inclui visitas a Xangai, Dubai e Milão

O governador Beto Richa visita China, Dubai e a Itália no período de 30 de outubro a 9 de novembro, com o propósito de atrair novos investimentos ao estado. A agenda inclui encontros com empresários, autoridades diplomáticas e dirigentes governamentais em Xangai, Dubai e Milão, onde firmará acordos de cooperação técnico-econômica e visitará indústrias interessadas em investir no Paraná.

Em seu primeiro compromisso, o governador se reúne na cidade de Xangai com executivos



Desembargador Miguel Kfourri Neto, presidente do Tribunal de Justiça, e o governador Beto Richa

da estatal chinesa State Grid, parceira da Copel na construção e operação de 1.600 quilômetros de linhas de transmissão e quatro subestações de

energia nos estados do Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. O investimento conjunto é de R\$ 2,7 bilhões.

A agenda do gover-

nador em Dubai prevê uma reunião com autoridades diplomáticas. Em Milão, depois de se reunir com autoridades diplomáticas, Beto Richa terá audiência com empresários do setor têxtil e de vestuário.

O desembargador Miguel Kfourri Neto, presidente do Tribunal de Justiça, assume o Governo do Estado a partir de hoje (29), em razão das viagens internacionais de Richa, do vice-governador Flávio Arns e do presidente da Assembleia Legislativa, deputado estadual Valdir Rossoni.

Agência de Notícias do Paraná

29/10/2012

29 OUT 2012

Governador em exercício recebe diretores do Tribunal de Justiça -

O governador em exercício Miguel Kfourri Neto recebeu na tarde desta segunda-feira (29/10), no Palácio Iguazu, representantes da direção do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. No encontro foram discutidas questões relativas à administração estadual e a gestão do TJ.

Terceiro na linha de sucessão, Kfourri Neto fica no cargo até o próximo domingo (04). Segundo ele, é uma responsabilidade e uma honra assumir o governo. "Tudo aquilo que for necessário para que a estrutura do Estado continue funcionando sem qualquer percalço, nós faremos" afirmou.

O desembargador Miguel Kfourri Neto, presidente do Tribunal de Justiça, assumiu o Governo do Estado em razão das viagens internacionais do governador Beto Richa, do vice-governador Flávio Arns e do presidente da Assembléia Legislativa, deputado estadual Valdir Rossoni.

Participaram do encontro, o primeiro vice-presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Onésimo Mendonça de Anunciação, que fica à frente do Poder Judiciário durante o período de afastamento do desembargador Miguel Kfourri Neto; o segundo vice-presidente, desembargador Ivan Campos Bortoleto; os corregedores, desembargadores Noeval de Quadros e Lauro Augusto Fabrício de Melo, o presidente da Comissão de Organização e Divisão Judiciária do Estado, Jesus Sarrão; e um dos mais antigos membros do TJ, desembargador Telmo Cherem

CNJ

29/10/2012

29 OUT 2012

TJPR promove workshop de Processo Eletrônico

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) fecha a semana discutindo questões relacionadas ao Projudi - sistema de processo eletrônico adotado pela Justiça estadual. Aconteceu na sexta-feira (26/10), o Workshop de Processo Eletrônico, no 12º andar do TJPR.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfoury Neto recepcionou convidados e 600 inscitos, sendo 300 presenciais e os demais por transmissão online. A atividade foi ilustrada pelas palestras dos juízes Gil Francisco de Paula Xavier Fernandes Guerra, que atua na função de Supervisor Geral de Informática e Comunicação do TJPR; Nilce Regina Lima, juíza do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional de Campo Largo; servidores do Poder Judiciário, integrantes da OAB Paraná e da Justiça Federal.

CRMV Online

29/10/2012

29 OUT 2012

Presidente do Tribunal de Justiça governa o Paraná

O governador Beto Richa, o vice-governador, Flávio Arns, e o presidente da Assembleia Legislativa do Paraná viajam ao exterior e o presidente do Tribunal de Justiça, Miguel Kfuri Neto, será o governador do Paraná a partir do domingo que vem.

O governador Beto Richa ficará fora do país até o dia 12 de novembro, cumprindo roteiro que inclui China, Líbano e Itália. A agenda ainda não está definida.

TNOnline

28/10/2012

28 OUT 2012

Miguel Kfourri Neto assume governo do Estado

Isso ocorre em razão das viagens internacionais de Richa, do vice-governador Flávio Arns e do presidente da Assembleia Legislativa, deputado estadual Valdir Rossoni

O desembargador Miguel Kfourri Neto, presidente do Tribunal de Justiça, assume o Governo do Estado a partir de segunda-feira (29), em razão das viagens internacionais de Richa, do vice-governador Flávio Arns e do presidente da Assembleia Legislativa, deputado estadual Valdir Rossoni.

Arns cumpre agenda de uma semana nos Estados Unidos, a convite da Universidade do Texas. O intercâmbio com a escola começou em março passado, quando estiveram no Paraná os representantes do Inter-American Institute for Youth Justice.

Eles conheceram os programas estaduais voltados à área da Educação, com ênfase para a Educação Profissional nas Escolas, Programas de Socioeducação e Sociorressocialização de jovens em situação de risco e em privação de liberdade.

O vice-governador visitará várias escolas do Estado do Texas, centros de ressocialização e conhecerá experiências desenvolvidas em laboratórios socioeducativos que desenvolveram estudos que apontam caminhos que podem ser incorporados na implantação das políticas estaduais para o setor.

28 OUT 2012

Governo do estado do Paraná

Richa vai ao exterior em busca de novos investimentos para o Paraná

O governador Beto Richa visita China, Dubai e a Itália no período de 30 de outubro a 9 de novembro, com o propósito de atrair novos investimentos ao Estado. A agenda inclui encontros com empresários, autoridades diplomáticas e dirigentes governamentais em Xangai, Dubai e Milão, onde firmará acordos de cooperação técnico-econômica e visitará indústrias interessadas em investir no Paraná.

Em seu primeiro compromisso, o governador se reúne na cidade de Xangai com executivos da estatal chinesa State Grid, parceira da Copel na construção e operação de 1.600 quilômetros de linhas de transmissão e quatro subestações de energia nos estados do Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais.

O investimento conjunto é de R\$ 2,7 bilhões, na maior obra de transmissão de energia em 58 anos de existência da companhia paranaense. A State Grid é a terceira maior empresa da China e a maior do mundo em transmissão de energia. O encontro na estatal chinesa também terá a participação do diretor de Engenharia da Copel, Jorge Andreguetto Junior.

Ainda em Xangai, Richa participa de uma visita técnica ao porto da cidade e será recebido pela direção da Enraytek Optoelectronics, gigante industrial do setor de LED (Light Emitting Diode) para televisão, chips e componentes eletrônicos associados.

A convite da empresa, o governador vai expor detalhes do programa Paraná Competitivo, que já atraiu investimentos da ordem de R\$ 19 bilhões e gerou cerca de 100 mil empregos em menos de dois anos de vigência.

A agenda do governador em Dubai prevê uma reunião com autoridades diplomáticas. Em Milão, depois de se reunir com autoridades diplomáticas, Beto Richa terá audiência com empresários do setor têxtil e de vestuário, além de outras reuniões com potenciais investidores.

"Nosso potencial é extraordinário, como já ficou demonstrado pelos investimentos realizados nos últimos dois anos. É preciso ousar e buscar o capital produtivo onde ele esteja para prosseguir de forma consistente com nosso programa de industrialização", disse Richa.

EXERCÍCIO - O desembargador Miguel Kfoury Neto, presidente do Tribunal de Justiça, assume o Governo do Estado a partir de segunda-feira (29/10), em razão das viagens internacionais de Richa, do vice-governador Flávio Arns e do presidente da Assembleia Legislativa, deputado estadual Valdir Rossoni.

Arns cumpre agenda de uma semana nos Estados Unidos, a convite da Universidade do Texas. O intercâmbio com a escola começou em março passado, quando estiveram no Paraná os representantes do Inter-American Institute for Youth Justice. Eles conheceram os programas estaduais voltados à área da Educação, com ênfase para a Educação Profissional nas Escolas, Programas de Socioeducação e Sociorressocialização de jovens em situação de risco e em privação de liberdade. O vice-governador visitará várias escolas do Estado do Texas, centros de ressocialização e conhecerá experiências desenvolvidas em laboratórios socioeducativos que desenvolveram estudos que apontam caminhos que podem ser incorporados na implantação das políticas estaduais para o setor.

G1 Paraná

27/10/2012

27 OUT 2012

Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná assume o governo estadual

Pela legislação, presidente do TJ é a 4ª opção na ausência do governador. Governador Beto Richa fará viagem para a China, Líbano e Itália.

O presidente do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, Miguel Kfouri Neto, assume interinamente o Governo do Estado a partir de domingo (28). O governador Beto Richa (PSDB) fará uma viagem internacional para China, Líbano e Itália.

Até a tarde desta quinta-feira (25), detalhes dos compromissos de Richa no exterior não foram divulgados. O governo informou apenas que é uma agenda economia, na qual o governador irá apresentar o Paraná a investidores.

Pela legislação brasileira, na ausência do governador, o vice assume o cargo. Na impossibilidade do vice, quem deve ser deslocado para a função é o presidente da Assembleia Legislativa. Apenas com a indisponibilidade destes o presidente do TJ é acionado.

O vice-governador Flávio Arns, contudo, não poderá assumir a administração estadual porque também estará em viagem. Ele vai aos Estados Unidos, a convite da Universidade do Texas, para conhecer programas de educação profissional e social. Representantes da instituição norte-americana estiveram no Paraná, em março deste ano.

Já o presidente da Assembleia, deputado Valdir Rossoni (PSDB), estará na Itália a convite da Câmara de Deputados daquele país. As viagens de Rossoni e do governador foram aprovadas em plenário.

A gestão de Kfouri Neto vai durar oito dias, uma vez que Arns retorna dos Estados Unidos no sábado (3) e assume o governo estadual no dia seguinte. O governador Beto Richa reassume o governo na segunda-feira (12).

Jornal A Fronteira

27/10/2012

27 OUT 2012

Richa viaja e presidente do TJ assume governo do Paraná

Kfori Neto deve atender empresários durante ausência do governador

O governador Beto Richa (PSDB) embarca no próximo domingo para uma viagem de duas semanas ao exterior. Durante o período, que vai do dia 28 a 12 de novembro, ele irá visitar três países: China, Líbano e Itália.

Na primeira semana de viagem, quem assumirá o governo será o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Miguel Kfourri Neto. A posse de Neto acontece porque o vice-governador Flávio Arns (PSDB) e o presidente da Assembleia Legislativa, Valdir Rossoni (PSDB), também estarão em viagem ao exterior.

O pedido de licença foi aprovado ontem pela Assembleia Legislativa. Essa será a segunda vez que Richa participa de uma missão comercial no exterior. A primeira aconteceu em agosto do ano passado, quando visitou cinco países da Europa com o propósito de estreitar relações comerciais e fomentar a troca de tecnologia.